e-cadernos CES

18 | 2012
Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical

“Talvez eu não esteja em ascensão social, talvez esteja questionando as hierarquias de classe”: jovens pobres na universidade e a sobrevivência sob a hierarquia

M. Lee

Tradutor: Lennita Oliveira Ruggi

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/eces/1536
DOI: 10.4000/eces.1536
ISSN: 1647-0737

Editora
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica
M. Lee, « “Talvez eu não esteja em ascensão social, talvez esteja questionando as hierarquias de classe”: jovens pobres na universidade e a sobrevivência sob a hierarquia », *e-cadernos CES* [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, consultado o 15 setembro 2020. URL : http://journals.openedition.org/eces/1536

"TALVEZ EU NÃO ESTEJA EM ASCENSÃO SOCIAL, TALVEZ ESTEJA QUESTIONANDO AS HIERARQUIAS DE CLASSE": JOVENS POBRES NA UNIVERSIDADE E A SOBREVIVÊNCIA SOB A HIERARQUIA[*]

M. LEE

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE MCGILL, CANADÁ

TRADUÇÃO DE LENNITA OLIVEIRA RUGGI

Como uma jovem vinda de uma família de baixa renda que teve privilégio suficiente para chegar à universidade, passei dois anos em aulas de estudos feministas assistindo às mesmas análises superficiais e alegóricas sobre racismo e classismo sendo regurgitadas insistentemente. Encontrei poucas/os acadêmicas/os confortáveis ou menos conscientes o suficiente para encarar a universidade como um mecanismo de perpetuação da hierarquia de classe. Eu também não era uma candidata ideal para introduzir o tema – como uma jovem pobre, estava na universidade exatamente para sair da classe social baixa na qual tinha crescido e vivido toda minha existência. Se eu falasse contra os aspectos classistas da indústria acadêmica e os valores que a saturam, estaria atacando todo mundo ali, incluindo eu mesma. Não sabia se meus pensamentos eram racionais ou simplesmente o produto de um ressentimento mal direcionado, e não sabia sequer se podia falar em nome do grupo do qual eu tentava escapar. Fiquei em silêncio por muito tempo.

[*] A versão em inglês desse artigo foi publicada originalmente em Lee, M. (2011), "'Maybe I'm not Class-Mobile; Maybe I'm Class-Queer': poor kids in college, and survival under hierarchy", *in* Jessica Yee, *Feminism for Real: Deconstructing the Academic Industrial Complex of Feminism*. Ottawa: Canadian Centre for Policy Alternatives. O trocadilho do titulo original, no qual a ideia de mobilidade de classe é sobreposta às rupturas potenciais do termo *queer* (gay, estranho, suspeito, original) não pode ser transposto a contento para o português. Optou-se, portanto, por enfatizar o argumento e não a forma [Nota da tradutora].

Adquirir um diploma não ocasionou apenas uma mudança no meu currículo e nas minhas perspectivas de rendimento; a instituição e o corpo estudantil estavam permeados de um conjunto de valores e uma perspectiva de vida que me pressionaram a alterar minha língua, minha aparência, os elementos da minha origem que aprendi a omitir, os valores que deveria defender, minhas relações, minhas alianças, meus vínculos familiares e minha identidade enquanto pessoa. As aulas de estudos feministas deveriam ter sido um local de trégua e apoio, onde eu pudesse compartilhar meu desconforto com a instituição e lidar com essas ideias conflituosas. Ao invés disso, fui recebida com uma leve condescendência protetora e com desconsideração. Toda vez que eu tentava trazer o assunto à tona, ele era reconhecido brevemente, mas a discussão mudava de foco rapidamente, antes que algo significativo pudesse ser dito. As instituições acadêmicas reforçavam o privilégio de classe, mas as acadêmicas feministas, cheias de compromissos contra a opressão, não queriam entrar nos detalhes.

Durante um determinado período, mantive minha vida pessoal em segredo completo. O fato de que minha família próxima dependia da assistência social era algo que não deveria ser mencionado se fosse para eu alcançar a transformação de pobre para não-pobre. Distinguir-me como diferente seria levantar a questão de que o privilégio de classe não é apenas um ponto de partida social estabelecido pelo nascimento, mas algo perpetuado e reconstruído em cada momento das nossas vidas. Estar na universidade fazia de nós cúmplices na renovação e perpetuação da hierarquia de classe. Não era uma questão de culpa – alguém pode ser culpado por não querer viver na pobreza? Mas ainda assim o gosto era amargo. Ninguém queria falar sobre isso.

Em casa, porém, era impossível ignorar o fato de que eu estava estudando enquanto membros da minha família recebiam assistência social ou realizavam trabalho braçal de baixa remuneração – minha educação testou e transformou nossa relação familiar. Nós falávamos com frequência sobre o que significava para mim “subir de classe” e “sair dessa vida”. Minha mãe tinha sempre me incentivado a alcançar tudo o que pudesse para que eu não precisasse sofrer as mesmas humilhações que ela, vivendo na pobreza. Todavia, quando eu comecei a assentar raízes no mundo profissional da classe média, ficou claro que havia muita tensão e raiva não resolvida, ou mesmo inconsciente, em relação às pessoas com privilégios de classe. Não tínhamos construído esse mundo “nós X eles”, mas vivemos nele por toda nossa existência, e de repente eu estava me tornando uma “deles”.

Minha mãe às vezes tem medo que eu me torne privilegiada e internalize os valores classistas que a classificam como fracassada, inútil, encostada e péssima

mãe. Ela às vezes sente amargura e inveja porque eu tenho muito mais oportunidades, que ela nunca teve. Ela às vezes se sente abandonada, pois eu estou vivendo em domínios da experiência que ela sempre habitou do lado de fora. Ela costumava passar por ciclos de ressentimento, porque tinha medo que eu me tornasse uma dessas jovens profissionais privilegiadas trabalhando pelo interesse público que declaram entender a experiência da opressão por causa de sua educação, enquanto se amparam nessa mesma educação para silenciar e ignorar a experiência efetiva de pessoas oprimidas. Por outro lado, houve momentos em que ela quis cortar todo o contato comigo, porque tinha medo que meus vínculos familiares me "puxariam para baixo" e me impediriam de viver uma vida melhor. Toda emoção cruel, complexa e conflituosa que ela sentiu a meu respeito, eu também senti a respeito de mim mesma. Ainda estamos tentando resolver tudo isso.

O exercício pessoal/político de autoinvestigação e comunicação que minha família e eu fazemos é o principal espaço da minha prática feminista. Reli o artigo de Andrea Smith sobre supremacia branca no qual ela fala (entre outras coisas) sobre repensar o conceito de família como algo que une diversas pessoas com relações complicadas umas às outras. Essa ideia ressoa profundamente em mim, uma vez que meu relacionamento familiar tem sido a maior força que guia o meu feminismo. Quando eu era criança, minha mãe solteira lutava para manter meu irmão e eu alimentados, vestidos e protegidos de um pai violento. Ela lutava para nos oferecer um ponto de apoio no mundo, algo que ela mesma nunca tivera. Ela lutou a vida inteira para sobreviver e esse espírito de sobrevivência, alcançado com unhas e dentes, permeou minha infância e é o fundamento das minhas convicções feministas. Cresci entendendo que nessa batalha por ascensão, não é apenas nosso corpo, mas nossas mentes e identidades que devem aguentar e permanecer inteiros.

Em minha família somos indivíduos diversos que ocupam posições sociais distintas, mas profundamente engajados na sobrevivência do todo. Nós somos *hapa,*[1] nossas raízes são chinesas, negras, europeias e indígenas. Eu sempre pude passar por branca e meu privilégio de ser banca afetou significativamente os círculos acadêmicos, sociais e profissionais nos quais estive presente. Diferentemente do resto de minha família, tenho a segurança e a vantagem de poder ser racialmente invisível quando o escolho. Sou privilegiada pelos mesmos sistemas racistas que oprimem minha mãe e meu irmão; ao mesmo tempo, meu irmão é privilegiado pelos sistemas patriarcais heteronormativos que me subordinam a mim enquanto lésbica. Ignorar essas dinâmicas perigosas não é uma opção – não para minha família, nem para

[1] *Hapa* é palavra de origem havaiana que denota origem étnica diversificada [Nota da Tradutora].

qualquer ser humano que deseja participar na criação de um movimento antiopressão. Nós precisamos entender esses mecanismos de opressão para sermos capazes de nos entender e amar uns aos outros.

Minha família está engajada há anos em diálogos carinhosos e sinceros sobre nossas diferenças, e nunca fomos mais fortes do que agora – como indivíduos ou como grupo. Mas foi necessário muito trabalho e energia de todos os lados para manter esse diálogo em movimento e manter nossa família firme. Foi necessário um grau elevado de sinceridade que era frequentemente doloroso para todos/as. Tivemos sorte por a nossa relação ser forte desde o princípio, por os nossos laços serem capazes de sobreviver à opressão da pobreza, do abuso sexual, da agressão, das drogas, da doença mental e de repetidos reinternamentos hospitalares debilitantes. Tivemos sorte que nossos esforços de autoinvestigação e escuta tenham produzido um crescimento tão positivo. Teve muitas, muitas vezes em que pensei que nossa família não iria sobreviver, em que fui forçada a abandonar minha casa por conflitos, em que quis sair da escola de uma vez por todas, em que senti que o que pensava ser minha família e meu lar tinham sido estilhaçados em milhares de pedaços irreparáveis.

Ao conversar com os/as raros/as e distantes estudantes universitários/as de origem pobre que encontrei, percebi que minha experiência não era idiossincrática. Pobreza não é meramente não ter dinheiro – é isolamento, vulnerabilidade, humilhação e desconfiança. É não ser capaz de diferenciar entre empregadores/as, exploradores/as e abusadores/as. É desprezo pela ilusão simplista de meritocracia – a ideia de que o que conseguimos é o que alcançamos com nosso trabalho. É saber que sua mãe, com suas articulações cheias de artrite, insônia galopante e coração atacado por transtorno de estresse pós-traumático, vai trabalhar até às duas da manhã, servindo às mesas por menos do que um salário mínimo, ou empurra o carrinho da porteira, ou limpa os banheiros cheios de merda dos profissionais refinados da classe média. É entrar numa sala cheia de gente e ver não apenas pessoas, mas divisões rígidas e sistemas violentos. É a violência da doença mental sem tratamento exacerbada pelo fato de que a realidade, a partir de determinadas perspectivas, parece mesmo um pesadelo psicótico. É a violência do abuso ou da agressão ser ignorada ou minimizada por policiais, assistentes sociais e juízes/as. Pobreza é conflito. E para jovens pobres com sorte suficiente para "subir na vida", é o conflito entre continuar oprimido/a ou colaborar com o/a opressor/a.

Eu vivo em uma província onde as despesas universitárias são altamente subsidiadas (eu pago aproximadamente $3.000 dólares canadianos[2] por ano pela

[2] A média cambial do dólar canadianos para o ano de 2011, quando o artigo de Lee foi publicado, era de E$ 0,74 euros europeus e R$ 2,20 reais brasileiros; o valor mencionado de $

graduação em direito) e onde a assistência financeira em caso de necessidade está geralmente disponível. Ainda assim posso contar nos dedos de uma mão o número de jovens pobres que conheci na universidade. Barreiras financeiras à educação são um problema sério e eu não gostaria de minimizar a importância de lutar por uma educação economicamente acessível – mas isso não chega. A luta por educação acessível tem que ser uma luta ampla contra a pobreza – contra a desumanização, a guetização, a exploração e o medo. Tem que ser uma luta antirracista em prol de uma reforma radical na imigração, uma luta contra o complexo industrial de organizações não lucrativas que, usando a máscara do ativismo antiopressão, consolida o estatuto dos/as privilegiados/as (já que são profissionais escolarizados/as) e continua engajada na opressão dos/as pobres e racializados/as (já que são estes os "clientes" que legitimam as organizações sem fins lucrativos). A luta por educação acessível tem que tentar transformar as universidades de instituições que reforçam as hierarquias opressivas em instituições que derrubam essas hierarquias.

A partir de minha própria experiência, acredito que o separatismo num mundo de opressão não é suficiente para criar justiça – pelo menos em relação à opressão de classe. De fato, sistemas de privilégio beneficiam do separatismo, porque permitem que pessoas privilegiadas persistam em sua narrativa justificatória sem serem importunadas pela fúria daqueles/as que carregam tal privilégio nas costas. O modelo atual de “mobilidade de classe” reforça o separatismo e a hierarquia de classe porque postula que, para escapar da opressão, uma pessoa deve se tornar um/a opressor/a – e as universidades não apenas mediam a fronteira entre especialistas e a “mão de obra barata”, elas ensinam o corpo de conhecimentos necessários, a visão de mundo e os valores que distinguem alguém enquanto especialista, enquanto “pertencente” à classe média ou alta. As universidades nos ensinam a renunciar à nossa identificação com a pobreza; ensinam-nos isso ao ignorar a existência de pessoas pobres e ao tratar-nos como “outros” quando nos tornamos nós no objeto de discussão. As universidades nos ensinam a não nos preocuparmos demais, pois isso vai debilitar o nosso papel profissional. As universidades nos ensinam que estamos separadas/os das nossas origens, que estamos “qualificadas/os” (sugerindo que nossas famílias e amigos/as não estão), que nosso poder sobre outras pessoas é justificável, que podemos falar pelos “objetos” de nossos estudos. As universidades nos ensinam que nós somos “boas demais” para servir às mesas ou limpar casas, com o corolário de que aquelas pessoas que executam esses trabalhos não são “boas o suficiente” para fazer algo melhor.

3.000 equivaleria a propinas de E$ 2.220,00 euros ou anuidades de R$ 6.600 reais para o ensino superior [Nota da tradutora].

As pessoas pobres tendem a ver a universidade como uma saída para as suas crianças, mas a universidade é também o caminho que leva à classe de pessoas cujo sucesso está baseado na opressão dos pobres. Ao longo da minha infância, fui exposta a muitas ideias conflitantes a respeito da universidade e da mobilidade de classe. “Subir na vida” era muito desejável, mas também merecedor de escárnio e desdém. Era objeto de inveja, ressentimento e mesmo ódio. Algumas das crianças negras na minha vizinhança eram achincalhadas como “brancas” por lerem livros. Isso fazia sentido, já que os/as profissionais educados/as cujas casas eram limpas e cujas crianças eram cuidadas por pessoas negras de classe baixa eram na sua maioria brancas. A educação tinha uma forte conotação de classe e de raça e, ao contrário do que a maioria das pessoas privilegiadas pensa, ir para a faculdade não era algo que evocava sentimentos apenas positivos ou simples para a maioria das pessoas pobres que eu conheci, inclusive eu mesma. Um/a jovem ter uma educação significava que ele ou ela iria viver uma vida mais fácil, com menos opressão e invisibilidade do que a pressuposta nas comunidades de origem. Saber disso deixava um gosto amargo em muitas bocas.

Eu senti esse gosto amargo durante anos e cheguei à conclusão provisória de que esse é o gosto da injustiça – de ser forçada a escolher entre a indignidade de permanecer pobre ou a estratégia eticamente abjeta de buscar ser privilegiada. Para uma criança pobre que tem a chance de ir para a universidade, participar numa instituição que ela identifica como opressiva (seja antes de frequentá-la ou ao longo de sua formação) pode parecer a melhor opção em relação à sua sobrevivência, mas é uma sobrevivência conflituosa.

A universidade é uma instituição classista – não apenas no sentido em que barreiras financeiras a tornam inacessível para a maioria das pessoas pobres, mas também porque a cultura universitária impõe um conjunto homogéneo de valores classistas, incluindo perigosas ilusões de meritocracia. Minha experiência com estudos feministas em particular teve um efeito profundamente alienante, já que o programa postula "lutar contra a opressão" como um de seus objetivos. Ideias sobre justiça e capacitação, que tinham sido minhas ferramentas de sobrevivência, estavam presentes nos materiais didáticos dos cursos, mas apresentados de maneira tão abstrata e tão dissociados de suas aplicações no mundo real que quase não eram reconhecíveis. Questões de racismo e classismo eram identificadas como “problemáticas” e assim encerradas. De repente, me vi sentada numa sala de aula ao lado de uma jovem loira que levantou a mão para reclamar que não sabia como falar com pessoas negras pelo desconforto de saber que “eles” poderiam ser hostis com ela. Havia algumas mulheres negras na sala e eu gostaria muito de poder descrever

suas expressões faciais, porque elas disseram tudo. Mesmo quando a pessoa oprimida está sentada ali ao lado, a universidade permite que todo mundo fale a respeito de nós na terceira pessoa.

A certa altura, no meu quarto semestre, comecei a questionar o que acontecia na sala, discutindo com professores/as depois da aula e expondo minha origem aos/às meus e minhas colegas. Algumas pessoas responderam com respeito e interesse, mas a maioria demonstrou desconforto, desinteresse, aversão e raiva. Dentre as primeiras, a maioria tinha origem de classe parecida ou sentia a mesma ambivalência e distanciamento no contexto universitário em virtude da ascendência racial ou cultural.

Falando com outras pessoas igualmente empenhadas na difícil tarefa de trabalhar os conflitos nas suas próprias narrativas, comecei a imaginar uma nova forma de identidade intersticial: cidadania numa terra de ninguém. Quando trabalhamos juntas/os, podemos ultrapassar a questão do que a universidade está fazendo conosco e começar a pensar sobre o que nós podemos fazer com a universidade. As instituições académicas têm o poder de construir um grupo de pessoas como "profissionais" ou "qualificadas" e assim relegar todo o restante ao estatuto de "desqualificado" – além disso, não perderão tal poder num futuro próximo. Mas nós podemos tomar posse de um pouco desse poder e controlar como será usado. Nós podemos mudar a composição interna da instituição ao permanecermos e trazermos mais algumas de nós para dentro dela. Nós podemos participar na instituição em nossos próprios termos e podemos redefinir como uma pessoa educada deve parecer e falar. Nós podemos questionar que conhecimento é visto como legítimo e como ilegítimo. Acima de tudo, podemos identificar o papel da própria universidade, a maneira como sustenta divisões de classe, como exclui funcionalmente algumas pessoas com base no seu estatuto económico e como aliena as poucas que conseguem passar pelas fendas. O feminismo académico está muito próximo da cultura branca opressora de classe média que molda a academia no seu todo, mas é o local mais acertado para começar a reivindicar nossa presença. Nós precisamos falar alto para abrir espaço – psicológica e intelectualmente – para aquelas/es que vierem depois. Nós precisamos carregar nossas raízes conosco, sem esquecer ou embranquecer nossas origens.

NOTA

Eu passei quatro anos na universidade – primeiro numa licenciatura em estudos feministas, agora na Faculdade de Direito. Há ainda uma porção de manhãs em que

acordo me sentindo uma *compradora*[3] e me desprezo por dentro e por fora. (Já que sou vista como mercadoria com potencial suficiente, a universidade e o Governo colaboram para me oferecer aconselhamento psiquiátrico gratuito, o que ajuda – embora me sentisse bem melhor se minha família também tivesse acesso a assistência similar. Mas estou divagando.) Sei que estou onde estou em larga medida por privilégio. Eu de fato cresci muito abaixo da linha de pobreza, sou uma lésbica, sobrevivente de abuso sexual e sofro de doença mental. Mas também sou uma cidadã canadiana e residente no Québec, o que significa que tenho acesso à educação pós-secundária e ao atendimento de saúde realmente acessíveis, entre outras coisas. Eu pareço mais ou menos branca e sou uma mulher cisgênero. Sou altamente privilegiada. Ainda que acredite estar numa posição decente para examinar as relações entre classe e educação, sei que minhas ideias e esforços para entender os sistemas em que vivemos são profundamente enriquecidos por outras perspectivas e convido ao diálogo todas as pessoas interessadas.

M. LEE

M. Lee é escritora e música e estuda Direito na Faculdade de Direito da Universidade McGill. Seus interesses incluem promover o acesso à justiça e transformar o espaço académico. Lee trabalha atualmente na Clínica de Informação Legal, no Programa de Extensão em Direito para o Ensino Secundário e no Grupo de Direito Comunitário da Universidade McGill.

[3] O termo *compradora*, empregado em português no texto original, se refere a um/a intermediário/a nos processos de dominação, sendo originalmente difundido em contextos coloniais do Sul e Sudeste da Ásia para designar comerciantes nativos subordinados ao capital metropolitano [Nota da tradutora].